ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

LEI Nº 086/2000

Em, 28 de Janeiro de 2.000

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA DO
PARÁ, ESTADO DO PARÁ, PARA
O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.000.

O Prefeito Municipal de Goianésia do Pará, Estado do Pará, Faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e manda que se publique a seguinte Lei.

Art. 1º. O Orçamento Anual do Município de Goianésia do Pará, para o exercício financeiro de 2.000, integrado pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estima a Receita em R\$ 14.866.220,00 (Quatorze Milhões, Oitocentos e Sessenta e Seis Mil e Duzentos e Vinte Reais), e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º. O Orçamento Fiscal para o Exercício de 2.000 composto pelas Receitas e Despesas do Tesouro Municipal, estima a Receita em R\$ 10.816.220,00 (Dez Milhões, Oitocentos e Dezesesseis Mil e Duzentos e Vinte Reais) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 3º. O Orçamento de Seguridade Social para o exercício de 2.000, composto das Receitas e Despesas vinculadas a Seguridade Social, estima a Receita em R\$ 4.050.000,00 (Quatro Milhões e Cinquenta Mil Reais) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 4º. A Receita do Orçamento Anual será realizada de acordo com a legislação vigente e as especificações em anexos, segundo o conjunto de Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de acordo com o seguinte resumo:

I - RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA	
1. RECEITA DO ORÇAMENTO FISCAL	14.816.220,00
1.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14.816.220,00

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	530.000,00
Receita Patrimonial	20.000,00
Transferência Correntes	6.486.220,00
Outras Receitas Correntes	1.730.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens	40.000,00
Transferências de Capital	1.840.000,00
Outras Transferências de Capital	170.000,00
2. RECEITAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	4.050.000,00
2.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.050.000,00

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	80.000,00
Transferências Correntes	2.610.000,00
Outras Receitas Correntes	450.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Transferências de Capital	910.000,00

Art. 5º. A Despesa será realizada de acordo com a discriminação estabelecida nos anexos da presente Lei, segundo o conjunto de despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, de acordo com o seguinte resumo:

I - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

1. RECEITA DO ORÇAMENTO FISCA	10.816.220,00
1.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.816.220,00
DESPESAS CORRENTES	
Despesas de Custeio	7.213.684,00
Transferências Correntes	293.636,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	3.137.000,00
Inversões Financeiras	95.000,00
Transferência de Capital	76.900,00
2. RECEITA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	4.050.000,00
2.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.050.000,00
DESPESAS CORRENTES	
Despesas de Custeio	2.842.250,00
Transferências Correntes	20.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Investimentos	1.167.750,00
Inversões Financeiras	20.000,00

II - DESPESA POR FUNÇÃO

1. RECEITA DO ORÇAMENTO FISCAL	10.816.220,00
1.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.816.220,00
LEGISLATIVA	890.000,00
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.460.000,00
AGRICULTURA	605.000,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	4.416.220,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	690.000,00
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	60.000,00
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	185.000,00
TRANSPORTE	510.000,00
2 -RECEITA DO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIA	4.050.000,00
2.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.050.000,00
SAÚDE E SANEAMENTO	3.530.000,00
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	520.000,00

III - DESPESAS POR PODERES

1. RECEITA DO ORÇAMENTO FISCAL	10.816.220,00
1.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.816.220,00
PODER LEGISLATIVO	
CÂMARA MUNICIPAL	890.000,00
PODER EXECUTIVO	
GABINETE DO PREFEITO	440.000,00
SECRETARIA MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.490.000,00
SECRETARIA MUL. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	4.416.220,00
SECRETARIA MUL. DE OBRAS E URBANISMO	1.275.000,00
SECRETARIA MUL. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO	990.000,00
SECRETARIA MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	140.000,00
SECRETARIA MUL. DE AGRICULTURA E TERRAS	1.175.000,00

1. DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PODER EXECUTIVO	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	865.000,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	370.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.665.000,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	150.000,00

Art. 6º. - Fica o Poder Executivo autorizado a :

I - Abrir Créditos Suplementares até o limite de 20%(Vinte por cento) sobre o valor da Despesa Geral fixada no Orçamento Anual indicado como fonte os recursos definidos pelo Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964.

Art. 7º. - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2.000, revogadas as disposições em contrário.

ORTÊNCIO ALVES DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi registrada no Gabinete do Prefeito e publicada no quadro oficial de publicação desta Prefeitura, na mesma data.

OSWALDO CARDOSO
Chefe de Gabinete